

# PETIÇÃO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA \_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE

\_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

## I – DOS FATOS

O Reclamante ajuizou ação trabalhista contra a Reclamada, cujo andamento processual sofreu paralisação por período superior ao prazo legal para a prática dos atos processuais necessários à sua regular tramitação.

Essa inércia configura a prescrição intercorrente, prevista no artigo 11-A da Lei nº 8.213/91, aplicada subsidiariamente ao processo do trabalho, conforme entendimento consolidado pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

## II – DO DIREITO

A prescrição intercorrente ocorre quando, após o ajuizamento da ação, o autor deixa de dar andamento ao processo por lapso temporal que excede o prazo prescricional previsto no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, qual seja, cinco anos para a cobrança de créditos resultantes das relações de trabalho.

Nos termos do artigo 11-A, §1º, da Lei nº 8.213/91, aplicável por analogia, e do artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil, ocorre a extinção do processo com resolução do mérito quando comprovada a paralisação injustificada do andamento processual por mais de um ano. Assim, reconhecida a prescrição intercorrente, deve ser decretada a extinção do processo com resolução do mérito, conforme o artigo 487, II, do CPC, aplicado subsidiariamente.

## III – DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:**

1. O reconhecimento da prescrição intercorrente no presente feito, em virtude da paralisação por período superior a um ano, sem que o Reclamante tenha promovido o andamento processual;
2. A consequente extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente;
3. A condenação do Reclamante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, se

houver previsão legal e entendimento deste Juízo;

4. A intimação do Reclamante para que se manifeste sobre a presente manifestação, caso entenda necessário;

5. A concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso faça jus a eles, conforme declaração anexada ou já constante nos autos.

Nestes termos,

Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Local

Data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://modelo-jus.com/prescricao-intercorrente/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.